

## Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

# 100 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 8 a 12/11/2021):

1. CRISE MIGRAT	ÓRIA - FRONTEIRA COM A BIELORRÚSSIA	1
2. MINI-SESSÃO P	LENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	2
	Debate sobre a situação na fronteira da Polónia com a Bielorrússia	2
	Multinacionais: divulgação dos lucros obtidos e os impostos pagos em cada país	2
	Agência Europeia para o Asilo	2
	Proteção dos jornalistas, das ONG e da sociedade civil contra ações judiciais abusivas	2
	Parceria Europeia para a Metrologia	3
3. FACEBOOK   W	HISTLEBLOWER   SERVIÇOS DIGITAIS	3
4. COMISSÕES PA	RLAMENTARES DO PE	4
	AIDA	4
	INGE	4
	AFCO	5
5. COMISSÃO EUR	ROPEIA   PREVISÕES ECONÓMICAS DE OUTONO	5
6.COMISSÃO EUR	OPEIA   COVID-19	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		6
	Eurogrupo	6
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	6
	Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)	7
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre o orçamento	7
8. CONFERÊNCIA	SOBRE O FUTURO DA EUROPA	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		8
	Parlamento Europeu	8
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8
10. ESTUDOS E AC	CADEMIA	8



### 1. CRISE MIGRATÓRIA - FRONTEIRA COM A BIELORRÚSSIA

A situação na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia escalou esta semana, com relatos de que autoridades bielorrussas, armadas e vestidas com material camuflado, pareciam escoltar centenas de migrantes, de origens diversas (Médio Oriente e Ásia) e incluindo crianças, rumo àquele Estado-Membro da União Europeia (UE). A BBC aponta para cerca de duas mil pessoas nessa circunstância, tendo divulgado um vídeo da situação na fronteira, disponível aqui, sendo que as autoridades polacas referem tratar-se de cerca de três a quatro mil migrantes.

A Polónia enviou cerca de doze mil tropas para a fronteira, tendo o Ministério do Interior polaco colocado imagens nas <u>redes sociais</u> das suas ações para impedir a travessia dos migrantes, tendo um porta-voz das forças de segurança polacas, citado pela <u>Associated Press</u>, referido tratar-se de "*Uma tentativa coordenada de entrar maciçamente no território da República da Polónia por migrantes utilizados pela Bielorrússia para os ataques híbridos contra a Polónia*".

A Comissão Europeia tem <u>insistido com a Polónia</u> para que aceite o apoio da <u>Frontex</u>, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e que está sediada em Varsóvia, para controlar as fronteiras, algo que este Estado-Membro <u>tem recusado</u> até agora. O *Politico* apresenta uma análise dos vários aspetos em confronto nesta crise, disponível <u>aqui</u>.

Porém, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, referiu esta semana - após o encontro com o Presidente dos EUA - que **se trata efetivamente de um ataque híbrido contra a UE**, e não de uma crise migratória. Por conseguinte, um <u>novo pacote de sanções</u> visando a Bielorrússia está a ser preparado.

Com efeito, esta questão foi igualmente abordada por vários Ministros da Defesa Europeus no âmbito da <u>Conferência Anual de Defesa do Báltico</u>, tendo o responsável estónio <u>considerado</u> mesmo que "o potencial de esta situação escalar para o plano militar é elevada".



O Primeiro-Ministro polaco <u>acusou a Rússia</u> de orquestrar este ataque, havendo relatos (imagens de satélite <u>aqui</u>) de que este país <u>reforçou o seu dispositivo militar na fronteira com a Ucrânia.</u>

Por outro lado, a Lituânia, que também tem sido afetada por questões semelhantes na sua fronteira, deu nota esta semana, através de uma fonte militar, que "desde Julho de 2021, pelo menos duas dúzias de passagens irregulares da fronteira oriental da UE foram identificadas como membros de grupos terroristas radicais", o que reforça a necessidade de a UE "começar a levar mais a sério as questões de resiliência".

O alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, emitiu uma declaração (disponível aqui), onde afirma que "a instrumentalização orquestrada de seres humanos pelo regime bielorusso para fins políticos atingiu uma nova dimensão alarmante ao longo dos últimos dias. Grupos de migrantes são escoltados por forças de segurança bielorrussas armadas em direção às fronteiras dos Estados-Membros da UE com o objectivo de forçar as entradas ilegais." Assinalou que "a UE continuará a combater a migração ilegal patrocinada pelo Estado (...) nomeadamente através da expansão do nosso regime de sanções. (...). A instrumentalização dos migrantes para fins políticos não pode ser tolerada."

1



Por outro lado, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, proferiu um discurso em Berlim (disponível aqui), onde referiu que "Estamos perante um ataque brutal e híbrido às nossas fronteiras da UE. A Bielorrússia está a armar a angústia dos migrantes de uma forma cínica e chocante. No nosso último Conselho Europeu, condenámos e decidimos responder a estes ataques." Acrescentou que, nessa ocasião, "Abrimos o debate sobre o financiamento da UE de infra-estruturas físicas nas fronteiras. Isto tem de ser resolvido rapidamente porque as fronteiras polacas e bálticas são fronteiras da UE." Este ponto foi reiterado num encontro, durante a semana, com o Primeiro-Ministro polaco.

A este propósito, importa recordar que, como havíamos dado nota na Síntese n.º 98, por ocasião do Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro (conclusões aqui), a Presidente da Comissão Europeia referiu que os líderes tinham discutido a infra-estrutura física para prevenir a migração irregular, mas recordou que existe um acordo de longa data na Comissão e com o Parlamento Europeu "que não haverá financiamento de arame farpado e muros". Doze Estados-Membros suscitaram esta questão (Lituânia, Letónia, Estónia, Hungria, Polónia, Eslováquia, República Checa, Bulgária, Eslovénia, República Helénica, Áustria e Chipre), tendo o Primeiro-Ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, mencionado que "Se queremos ser sérios e eficazes na guarda das fronteiras europeias (...) não vejo razão para que as intervenções" (incluindo uma vedação que a Grécia está a construir na sua fronteira turca) "não possam ser financiadas pelo orçamento europeu".

### 2. MINI-SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu (PE) reuniu esta semana em mini-sessão Plenária, realizada em Bruxelas. Destacamos os seguintes debates (agenda completa aqui):

Debate sobre a situação na fronteira da Polónia com a Bielorrússia

O PE agendou um debate de urgência com Josep Borrell sobre a <u>crise na fronteira entre a Polónia e a Bielorússia</u> (cfr. ponto 1). Nesta ocasião, os Deputados c<u>ondenaram as atuais tácticas do regime ditatorial bielorrusso de desvio dos fluxos migratórios para as fronteiras externas da UE, agravando a situação com os países vizinhos, em particular a Polónia, como retaliação pelas sanções da UE.</u>

Alguns parlamentares pediram que fossem utilizados fundos da UE para construir uma vedação para proteger as fronteiras externas da União de travessias irregulares e ataques híbridos, enquanto outros rejeitaram firmemente a ideia.

Multinacionais: divulgação dos lucros obtidos e os impostos pagos em cada país

O PE aprovou a diretiva, acordada com a presidência portuguesa do Conselho, em junho, que obriga as multinacionais a <u>divulgar os lucros obtidos e os impostos pagos em cada país</u> (*Country by Country Reporting*).

Agência Europeia para o Asilo

O PE <u>aprovou a criação</u> desta Agência, que prestará apoio aos Estados-Membros no tratamento dos pedidos de asilo. O acordo sobre a criação desta agência foi alcançado durante a presidência portuguesa do Conselho. Realizou-se, ainda, um debate com o <u>Alto Comissário da ONU para os Refugiados</u>, Filippo Grandi.

Proteção dos jornalistas, das ONG e da sociedade civil contra ações judiciais abusivas

O PE <u>aprovou um relatório</u> em que apela à UE e aos Estados-Membros para <u>adotarem medidas</u> <u>legislativas</u> e outras iniciativas para combater as ações judiciais estratégicas que visam silenciar as vozes críticas. Lamentando que, até à data, nenhum Estado-Membro da UE tenha adotado legislação



específica que proporcione proteção contra as **SLAPPs**<sup>1</sup>, o PE propõe uma série de medidas para combater estas tentativas de silenciamento e de intimidação: uma diretiva da UE que estabeleça normas mínimas comuns para todos os Estados-Membros contra as SLAPPs, um quadro jurídico ambicioso na futura proposta de Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, que deverá ser apresentada pela Comissão em 2022, regras para assegurar que estas ações judiciais abusivas possam ser arquivadas numa fase precoce pelos tribunais, com base em critérios objetivos, medidas para combater o "forum shopping" e o chamado "turismo de difamação" e a criação de um fundo específico da UE para prestar apoio financeiro e psicológico às vítimas deste tipo de ações abusivas e uma formação adequada de juízes e profissionais da justiça.

### Parceria Europeia para a Metrologia

O PE <u>aprovou o acordo legislativo sobre a Parceria para a Metrologia</u>, a ciência que permite "medir o mundo", cuja relatora é a Deputada Maria da Graça Carvalho (PPE). A metrologia, a ciência que se ocupa de todos os aspetos teóricos e práticos da medição, é uma ferramenta essencial ao serviço de todas as áreas do conhecimento. Segundo a relatora, "Faz a tecnologia funcionar. Ajuda as sociedades a evoluírem. (...) Na luta contra a COVID-19, contribuiu para o desenvolvimento de ventiladores eficientes e até para uma maior precisão dos testes rápidos, utilizados diariamente por milhões de pessoas. (...) É igualmente vital para estudar os fenómenos climáticos".

## 3. FACEBOOK | *WHISTLEBLOWER* | SERVIÇOS DIGITAIS²

O PE promoveu, esta semana, uma <u>audição pública com Frances Haugen</u>, antiga funcionária do *Facebook* especializada em Engenharia Informática e em gestão algorítmica de produtos, e que <u>divulgou</u> ao *Wall Street Journal*<sup>3</sup> milhares de documentos internos que recolheu enquanto trabalhava para o *Facebook*. Esse acervo evidencia que o *Facebook* dispõe de análises que revelam, por exemplo, que a utilização do *Instagram* (detido pelo *Facebook*) está a prejudicar gravemente a saúde mental dos adolescentes, particularmente quando se trata de fomentar perturbações alimentares e de imagem corporal.

O vídeo integral está disponível <u>aqui</u>, bem como o <u>discurso de abertura</u> proferido pela denunciante.

No debate, F. Haugen referiu que a futura <u>Lei dos Serviços Digitais da UE</u> (DSA) pode estabelecer os **padrões globais de transparência**, supervisão e aplicação, tendo o potencial para ser um "padrão de ouro global" e inspirar outros países a "perseguir novas regras que salvaguardem as nossas democracias". Porém, advertiu que as regras têm de ser fortes em matéria de transparência, supervisão e aplicação, caso contrário "perderemos esta oportunidade única de alinhar o futuro da tecnologia e da democracia".

Os Deputados manifestaram as suas <u>preocupações sobre a exploração da saúde mental de crianças e adolescentes e sobre a microssegmentação</u>, inclusive para fins políticos, tendo colocado questões sobre como tornar as plataformas mais responsáveis e assegurar que a avaliação de riscos e as disposições de mitigação de riscos na proposta de DSA sejam suficientemente fortes para evitar abusos, polarização, e abordar os riscos para a democracia. Haugen foi ainda questionada sobre a regulamentação não só de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs, na sigla inglesa) constituem uma prática recorrente utilizada em vários Estados-Membros para intimidar os jornalistas, para que ponham fim às investigações sobre corrupção e outras matérias de interesse público.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Disponível <u>aqui</u>, apenas para assinantes. Haugen trabalhou como Chefe de Produto na equipa de desinformação cívica, que analisou a interferência eleitoral em todo o mundo, e trabalhou com questões relacionadas com a democracia e a desinformação. O Facebook encerrou esta equipa após as eleições americanas de 2020.



conteúdos ilegais mas também prejudiciais, sobre instrumentos de moderação de conteúdos e sobre se a publicidade dirigida deve ser banida.

Nas suas respostas, Frances Haugen sublinhou a importância de assegurar que empresas como o Facebook divulguem publicamente os dados e a forma como os recolhem (classificação de conteúdos, publicidade, parâmetros de pontuação, e.g.). Considerou, ainda, que o Facebook, no combate à desinformação e na remoção de conteúdos nocivos, é substancialmente menos transparente do que outras plataformas e poderia fazer muito mais para tornar os algoritmos mais seguros (e.g. limitando o número de vezes que um conteúdo pode ser redistribuído, aumentando o número de idiomas, criando a avaliação transparente dos riscos, e encontrando formas de os utilizadores se moderarem uns aos outros em vez de serem moderados pela inteligência artificial). Finalmente, manifestou apreço pela sua abordagem neutra dos legisladores em termos de conteúdo, mas advertiu contra possíveis lacunas e isenções para as organizações dos meios de comunicação e segredos comerciais. Mencionou, ainda, como é crucial para os governos proteger os informadores tecnológicos, uma vez que os seus testemunhos são fundamentais para proteger as pessoas dos danos causados pelas tecnologias digitais.

## 4. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

#### AIDA4

Decorreu no dia 8 de novembro de 2021, a <u>reunião interparlamentar organizada pela Comissão Especial sobre Inteligência Artificial e a década digital (AIDA)</u> do PE sobre "Inteligência artificial e a década digital", e contou com a participação da Vice-Presidente do PE Dita CHARANZOVÁ, Margrethe VESTAGER, Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Christa SCHWENG, Presidente do Comité Económico e Social Europeu, Andrej ČERNIGOJ da Assembleia nacional eslovena, Christine HENNION da Assembleia nacional francesa, André GATTOLIN do Senado francês e Jiří DUŠEK do Senado da República Checa.

No período de debate, os parlamentares deram nota das estratégias nacionais adotadas na área digital e da inteligência artificial, tendo sido frisada a importância da transformação digital para a recuperação económica europeia, com base num quadro regulamentar de confiança e transparência, assente numa visão humanista que assegure a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e os interesses das empresas europeias. Salientou-se, assim, a necessidade de um forte investimento no setor público e privado com vista a alcançar a soberania digital europeia, tornando a União Europeia mais competitiva face a países terceiros, como a China e os E.U.A., nomeadamente em áreas como a criminalidade, o combate às alterações climáticas e na saúde, salvaguardando, no entanto, os riscos inerentes ao seu uso, através da previsão de mecanismos de controlo e fiscalização.

A sessão de encerramento contou com a participação de Dragoş TUDORACHE, Presidente da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial e a década digital (AIDA) do Parlamento Europeu, e de Axel VOSS, Relator do <u>Relatório que contém recomendações à Comissão sobre o regime de responsabilidade civil aplicável à inteligência artificial</u>.

## INGE<sup>5</sup>

Decorreu no dia 09 de novembro a Reunião Interparlamentar dedicada ao tema Responder à ingerência estrangeira em cooperação com democracias que partilham os mesmos princípios,

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Ponto elaborado por Elodie Rocha, assessora da Comissão de Assuntos Europeus, e Inês Cadete, Assessora da Comissão de Cultura e Comunicação.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Ponto elaborado por João Coelho, assessor da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.



organizada pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo Desinformação (INGE).

Na primeira sessão da reunião, após nota inicial a cargo do Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa, Stefano Sannino, a Deputada ao PE, Sandra Kalniete, apresentou o projeto de relatório do PE sobre a ingerência externa nos processos democráticos da União. No debate que se seguiu, moderado pelo Presidente da INGE, Raphaël Glucksmann, foi sublinhada a urgência na adoção de uma estratégia coordenada a nível europeu, na criação de mecanismos de gestão de crise focados em ingerências externas, na implementação de sistemas de controlo e monitorização de financiamento externo à União e na adoção de um quadro de sanções flexível, direcionado a responder a este novo tipo de ameaça.

A segunda sessão do dia, centrada na cooperação internacional neste domínio, teve intervenções de Laurynas Kasciunas, Presidente da Comissão de Segurança e Defesa do Seimas lituano, Lia Quartapelle Procopio, membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus da Câmara dos Deputados italiana, bem como uma mensagem vídeo de James Paterson, Presidente da Comissão Conjunta sobre Informações e Segurança do Parlamento australiano. O debate focou-se na urgência em densificar o diálogo com os principais parceiros estratégicos da União, partilhando informação e boas práticas. Foi enfatizada a importância de garantir a resiliência dos sistemas eleitorais europeus, das cadeias de aprovisionamento de infraestruturas críticas, com prioridade a fornecedores sediados em democracias similares, bem como da literacia tecnológica da população europeia, em particular através da criação de programas de formação específicos, integrados no projeto NGEU.

#### AFCO<sup>6</sup>

A reunião interparlamentar organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu sobre "As expetativas dos parlamentos nacionais sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE)", que teve lugar no dia 9 de novembro de 2021, por videoconferência, contou com a participação dos três copresidentes do Conselho Executivo da CoFE, Guy VERHOFSTADT, Gašper DOVŽAN e Dubravka ŠUICA, bem como com representantes dos Parlamentos esloveno, Branko GRIMS, e francês, Sabine THILLAYE. No debate, foi destacada a importância da participação dos cidadãos e do envolvimento dos jovens, o papel que os Parlamentos nacionais podem desempenhar, a relevância de manter um registo documental sobre as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho e pelos Painéis dos Cidadãos, salientando-se, ainda, a necessidade de promover a Conferência junto dos meios de comunicação social e a possibilidade de prorrogar o calendário inicialmente previsto para a Conferência.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA | PREVISÕES ECONÓMICAS DE OUTONO

A Comissão Europeia publicou esta semana **as previsões económicas de outono**, disponíveis <u>aqui</u>, onde constata que a economia da UE tem vindo a <u>recuperar mais rapidamente do que o previsto</u> após a recessão desencadeada pela pandemia. Com o avanço da vacinação e o levantamento das restrições, a primavera e o verão ficaram marcados pelo <u>dinamismo do crescimento económico</u>. Assim, prevê-se que a economia da UE continue a expandir-se, devendo a taxa de crescimento cifrar-se em **5 %**, **4,3 % e 2,5 % em 2021**, **2022 e 2023**, respetivamente. Projeta-se que as taxas de crescimento da área do euro sejam idênticas às da UE em 2021 e 2022, atingindo 2,4 % em 2023.

Um outro aspeto que tem suscitado interesse recentemente é a **inflação**: após vários anos em que se manteve a baixos níveis, a inflação homóloga na área do euro passou de um valor negativo equivalente a -0,3 % no último trimestre de 2020 para **2,8** % **no terceiro trimestre de 2021**. Os dados revelam

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Ponto elaborado por Elodie Rocha, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.



que atingiu **4,1 % em outubro,** valor apenas alcançado uma vez desde 1997. A Comissão considera que este aumento acentuado se deve essencialmente à <u>súbita escalada dos preços da energia</u>, mas parece estar igualmente associada a vários ajustamentos económicos pós-pandemia, o que leva a pensar que os atuais níveis elevados são, em grande medida, transitórios.

A inflação na área do euro deverá culminar em **2,4 % em 2021**, devendo em seguida descer para 2,2 % em 2022 e para 1,4 % em 2023, uma vez que os preços da energia deverão progressivamente estabilizar. No que respeita à UE, a inflação deverá atingir 2,6 % em 2021, 2,5 % em 2022 e 1,6 % em 2023.

As previsões relativas a **Portugal** estão disponíveis <u>aqui</u> e sumarizam-se assim:

Last update: Autumn 2021 Economic Forecast (11/11/2021)

Indicators	2020	2021	2022	2023
GDP growth (%, yoy)	-8,4	4,5	5,3	2,4
Inflation (%, yoy)	-0,1	0,8	1,7	1,2
Unemployment (%)	6,9	6,7	6,5	6,4
Public budget balance (% of GDP)	-5,8	-4,5	-3,4	-2,8
Gross public debt (% of GDP)	135,2	128,1	123,9	122,7
Current account balance (% of GDP)	-1,2	-0,9	-0,4	-0,4

## <u>6.COMISSÃO EUROPEIA | COVID-19</u>

A Comissão Europeia aprovou esta semana o <u>oitavo contrato com uma empresa farmacêutica</u>, <u>Valneva</u>, <u>com vista à aquisição da sua potencial vacina contra a COVID-19</u>, prevendo a possibilidade de todos os Estados-Membros adquirirem quase 27 milhões de doses em 2022 e adaptar a vacina a novas estirpes. Este contrato amplia assim a carteira de vacinas de produção europeia, que abrangia os contratos com <u>AstraZeneca</u>, a <u>Sanofi-GSK</u>, a <u>Janssen Pharmaceutica NV</u>, a <u>BioNtech-Pfizer</u>, a <u>CureVac</u>, a <u>Moderna</u> e a <u>Novavax</u>. Destaca-se ainda que a EMA (Agência Europeia de Medicamentos), emitiu também esta semana um <u>parecer positivo sobre dois tratamentos contra a COVID-19</u> - Ronapreve e Regkirona - <u>identificados pela Comissão como terapêuticas promissoras</u>.

## 7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

#### Eurogrupo

No formato regular, os ministros <u>discutiram</u> os desenvolvimentos macroeconómicos na área do euro, incluindo inflação e evolução dos preços da energia, utilização do <u>euro digital</u>, recebendo ainda informação sobre as reuniões internacionais do G7, Banco Mundial e reunião anual FMI. No formato inclusivo, foram trocadas opiniões sobre a <u>revisão da governação económica</u> na perspetiva da zona euro, nomeadamente quanto à coordenação de políticas económicas e orçamentais e o funcionamento da <u>União Económica e Monetária</u>, bem como resultados do relatório semestral de acompanhamento sobre os indicadores de redução dos riscos e mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução.

### Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

A reunião focou-se na <u>economia da UE após a pandemia</u> e as suas implicações na governação económica. Foi também debatida a situação atual do financiamento do *Next Generation EU* e



aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Foram ainda aprovadas <u>conclusões</u> sobre o futuro do <u>Semestre Europeu</u> no contexto deste Mecanismo, trocados pontos de vista sobre o aumento acentuado dos preços da energia e efetuado um debate de orientação sobre o Acordo de Basileia III.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

Os ministros discutiram a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC), trocaram pontos de vista sobre o momento positivo nas <u>relações comerciais entre a UE e os EUA</u> (focando particularmente o <u>futuro acordo sobre aço e alumínio</u>), fizeram um ponto de situação sobre as negociações bilaterais em curso na área do comércio e receberam informação sobre a aplicação e execução dos mais recentes <u>acordos comerciais da UE</u>.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre o orçamento

Os ministros <u>prepararam a reunião</u> do Comité de Conciliação (que procura fazer a ponte entre as posições do Conselho e do Parlamento Europeu) para o <u>orçamento da UE para 2022</u>, procurando um texto comum e chegando a um acordo que garanta uma orçamentação prudente e realista.

## 8. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

A AR organizará o **primeiro evento regional no âmbito da <u>Conferência sobre o Futuro da</u> <u>Europa</u> (CoFE), que terá lugar no dia 15 de novembro, pelas 15:00, no auditório da Universidade de Évora, dedicado à temática das <b>migrações e parcerias internacionais.** Está disponível um vídeo de divulgação do evento, <u>aqui</u>. Inscrições <u>aqui</u>.<sup>7</sup>



<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Este projeto conta com a participação ativa de seis entidades parceiras: o Governo (SEAE), o Conselho Económico e Social (CES), o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal (PE), a Representação da Comissão Europeia em Portugal (COM), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

7



## 9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

## Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos grupos políticos e às <u>Comissões Parlamentares</u>, com destaque para a votação do <u>relatório anual dos direitos humanos 2021</u>, o debate com uma investigadora do <u>US Naval War College</u> e as emendas à proposta de <u>diretiva sobre transparência salarial</u>.

### Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>17 de novembro</u>, com destaque para a Estratégia sobre a Natureza (solos, desflorestação e resíduos), a Revisão da Política de Concorrência (a confirmar) e a **nova estratégia de conetividade** chamada **Ponte Global** (*Global Gateway*).

## Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 15.11: Conselho (Agricultura e Pescas); Conselho (Negócios Estrangeiros)
- 16.11: Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa); Reunião informal dos ministros do turismo
- 18.11: Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)
- 19.11: Conselho dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)

## **10. ESTUDOS E ACADEMIA**

Assinalando a Edição n.º 100 desta Síntese Semanal, passará a ser disponibilizado um conteúdo novo e complementar, que consiste numa resenha dos principais estudos/briefings e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR. Terá uma periodicidade mensal e a primeira compilação está disponível aqui. O arquivo ficará online aqui.

Bruxelas | 12 de novembro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.